



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais



CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 01/2005 - Ingresso

TABELIONATO DE NOTAS

Código 5

➤ Língua Portuguesa

Questão 01

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Adjudicação / mixto / parêntese / avaro
- B) Nascituro / rubrica / silvícola / subitem
- C) Possessória / ex-titular / usocapião / luso-brasileiro
- D) Privilégio / vicepresidente / retro-venda / texto

Questão 02

Assinale a alternativa em que todas as palavras, isoladamente ou em expressões e frases, estão **CORRETAMENTE** grafadas.

- A) Analisar / quiseram / taxa judiciária / formalisar
- B) Cessão de direitos / um quê de timidez / chegar à São Paulo / líder
- C) Hoje ele argúi / ontem eu argüi / a anciã pára o trânsito / bônus
- D) Juiz / pôr à venda / raizes / pêlo de gato

Questão 03

“O cidadão **vem** procurar o Notário e o Registrador porque **crê** na prestância deles e **mantém** a certeza de receber orientação de profissionais qualificados.”

Suponha que, nessa frase, se passe o sujeito **cidadão** para o plural.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que as formas verbais destacadas, na ordem em que aparecem na frase, devem ser substituídas, **respectivamente**, por

- A) vêm, crêem e mantêm.
- B) vêm, crêm, mantêm.
- C) vêem, crêm e mantêm.
- D) vêm, crêem e mantem.

Questão 04

Leia este trecho, atentando, sobretudo, para as lacunas nele deixadas:

“Recebidos, na semana vindoura, os embargos declaratórios, se o juiz não _____ seu convencimento sobre a questão em litígio e _____ a decisão já prolatada ou se o embargante não _____ novo recurso cabível, consumir-se-á a coisa julgada.”

É **CORRETO** afirmar que, considerando-se a ordem em que aparecem no trecho, essas lacunas devem ser preenchidas, **respectivamente**, por

- A) rever, mantiver e interpuser.
- B) revir, manter e interpuser.
- C) revir, mantiver e interpor.
- D) revir, mantiver e interpuser.

Questão 05

Assinale a frase em que a concordância verbal está **CORRETA**.

- A) Fazem três meses que eles viajaram.
- B) Não saberiam dizer se o autor ou o réu venceriam a demanda.
- C) Sentir uma coisa e dizer outra caracterizam a pessoa dissimulada.
- D) Sou eu quem resolvo a questão.

Questão 06

Assinale a alternativa em que tanto a **classe** quanto a **função** da palavra destacada na frase estão **CORRETAMENTE** indicadas entre colchetes.

- A) Aquele advogado argumenta **que** argumenta. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CAUSAL / CONECTIVO]
- B) Ele **se** permitiu breve digressão. [PRONOME PESSOAL OBLÍQUO REFLEXIVO / OBJETO INDIRETO]
- C) Não percebi **se** alguém entrara. [CONJUNÇÃO SUBORDINATIVA CONDICIONAL / CONECTIVO]
- D) Um **quê** de sinceridade marcou a entrevista do Presidente. [PRONOME INDEFINIDO / SUJEITO]

Questão 07

Assinale a alternativa em que o verbo **haver** está **CORRETAMENTE** empregado.

- A) Havia anos seu filho não ganhava presente de Natal.
- B) O usuário finalmente reconhece que a lei mudou havia muito tempo.
- C) Patriotas haverão, muitos, que se apresentarão como voluntários.
- D) Podem haver descontentes em todos os estamentos sociais.

Questão 08

Assinale a alternativa em que o termo destacado qualifica **CORRETAMENTE** a linguagem a que se faz referência na frase transcrita.

- A) A linguagem **conotativa** é adequada para o ensino das ciências exatas.
- B) A linguagem dos instrumentos notariais e de registro deve ser unívoca, **denotativa**.
- C) “Quadrado é um quadrilátero formado de quatro lados iguais e quatro ângulos retos” é exemplo de linguagem **conotativa**.
- D) Quando diz que “uma velhinha de cem anos mora no coração da floresta”, o poeta está empregando linguagem **denotativa**.

Questão 09

Assinale a alternativa em que a frase transcrita exemplifica **CORRETAMENTE** a figura de linguagem indicada entre colchetes.

- A) “A vida é breve e Rui, longo.” [ONOMATOPÉIA]
- B) “Amigos, não há amigos.” [PARADOXO]
- C) “Palavras amargas entristecem.” [ANTÍTESE]
- D) “Vendo livros e ele, quadros.” [COMPARAÇÃO]

Questão 10

Assinale a alternativa em que estão **CORRETOS** o gênero, o número e o grau de todos os substantivos e adjetivos.

- A) Olhos mais grandes que bonitos / Meritíssimo julgador / Pai amicíssimo / Mestre sapientíssimo
- B) O telefonema / o celeuma / duas gramas / o zeugma
- C) Cabeleira castanho-escuro / ipês amarelo-ouro / os sem-terra / os decretos-leis
- D) Primeiras-damas / literatura anglo-americana / olhos azulinhos / lamentos débeis

Questão 11

Assinale a alternativa em que a flexão da forma verbal destacada está **INCORRETA**.

- A) Dez cidades **havam**-no **reelegido** e seu adversário não fora eleito.
- B) José **interveio** na discussão, apoiando o colega.
- C) Não **abusa** de ambigüidade se você não quer perder o respeito dos amigos.
- D) Os tabeliães **precaveram**-se contra falsificações de assinaturas em documentos.

Questão 12

“Sabemos que são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República.”

Considerando-se a função dos termos e orações que compõem esse período, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a oração cujo sujeito é o substantivo **competências** se classifica como subordinada integrante predicativa.
- B) a última oração do período se classifica como subordinada relativa adjetiva restritiva.
- C) o pronome relativo *tem*, na oração que introduz, a função sintática de sujeito.
- D) o termo **Constituição** exerce a função de complemento agente da voz passiva.

Questão 13

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está **INCORRETA**.

- A) A maior parte dos doutrinadores ensinam que lei complementar é lei ordinária.
- B) Busca-se, nesta hora grave da vida nacional, homens magnânimos.
- C) Os Tabeliães e Registradores somos muito fiscalizados — disse o Notário.
- D) Tudo são risos e alegria no início e, depois, algumas coisas mudam.

Questão 14

Assinale a alternativa em que a concordância nominal está **INCORRETA**.

- A) Aquele advogado é conhecedor profundo dos direitos Civil e Penal.
- B) O candidato provou estar quite com o Serviço Militar.
- C) Obrigado — disse-lhe a funcionária antes de sair da sala.
- D) Os inimitáveis Fernando Pessoa e Camões consagram a Língua Portuguesa.

Questão 15

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Custava-lhe suportar barulhos.
- B) Informar a processos ele não queria mais.
- C) O preposto deve obedecer à orientação do titular.
- D) Sua argumentação não convencia a ninguém.

Questão 16

Assinale a frase em que a regência verbal está **INCORRETA**.

- A) Esquecem-se os nobres Deputados de que há compromisso permanente com o decoro.
- B) O único homem de cujos conselhos sinto falta é meu pai.
- C) O velho professor preferiu a aposentadoria que a falta de respeito dos alunos.
- D) Só me lembro de que ele ficou em dúvida quando trouxeram a registro um contrato antigo.

Questão 17

Assinale a alternativa em que o uso dos pronomes pessoais e do infinitivo está **INCORRETO**.

- A) Certos políticos costumam pensar neles mesmos e em mais ninguém.
- B) É uma vergonha ficarmos inertes, quando todos protestam.
- C) Não viemos aqui para vê-los chorar sobre leite derramado.
- D) O texto ficou ótimo para eu ilustrar e, com certeza, será sucesso.

Questão 18

Indique a alternativa em que o uso dos modos verbais está **INCORRETO**.

- A) Não desfaça o negócio, que você pode arrepender-se.
- B) Não fosse o amor à família, ele já teria desistido de fazer as provas.
- C) O Meritíssimo Juiz talvez não tenha aplicado corretamente a norma expressa do Código de Processo.
- D) Todos confirmaram que o prêmio tivesse saído para o Rio.

Questão 19

Considerando-se a estrutura do vocábulo **averbássemos**, é **INCORRETO** afirmar que

- A) **a-** é radical.
- B) **-verba-** é tema verbal da primeira conjugação.
- C) **-sse-** é desinência do pretérito imperfeito do subjuntivo.
- D) **-mos** é desinência da primeira pessoa do plural.

Questão 20

Leia atentamente este trecho:

“Ei-la aí a cólera santa! Eis a ira divina!

Quem, senão ela, há de expulsar do templo o renegado, o blasfemo, o profanador, o simoníaco? quem, senão ela, exterminar da ciência o apedeuta, o plagiário, o charlatão? quem, senão ela, banir da sociedade o imoral, o corruptor, o libertino? quem, senão ela, varrer dos serviços do Estado o prevaricador, o concussionário e o ladrão público? quem, senão ela, precipitar do governo o negociismo, a prostituição política ou a tirania? quem, senão ela, arrancar a defesa da pátria à cobardia, à inconfidência, ou à traição?”

Rui Barbosa

Com base nessa leitura, é **CORRETO** afirmar que

- A) o autor fala de “cólera santa” e de “ira divina”; o correto, portanto, seria estar no plural o pronome **ela** que aparece em cada uma das interrogações seguintes.
- B) o autor usa, como recurso expressivo, a repetição de conectivos, ao enumerar as pessoas maldosas, nas três primeiras interrogações do trecho.
- C) o trecho não é uma seqüência de fatos nem de aspectos; trata-se de uma seqüência de raciocínios e de arazoados, própria da dissertação ou da “oratória proferida em público ou escrita como se tivesse de o ser”.
- D) os vendedores de indulgências, assim como os agentes públicos que praticam o peculato e a extorsão, não figuram entre os maus que se enumeram no trecho.

➤ **Conhecimentos Gerais de Direito**

Questão 21

É **CORRETO** afirmar que, na execução de sentença contra a Fazenda Pública Municipal, inexistindo oposição de embargos, a requerimento da parte exeqüente, deve o Juiz requisitar o pagamento por intermédio

- A) de penhora *on line*.
- B) do Presidente do Tribunal.
- C) do Secretário da Fazenda Municipal.
- D) do sistema BANCEJUD.

Questão 22

É **CORRETO** afirmar que o Tabelião ou Registrador, ao inserir na Carteira de Trabalho e Previdência Social de empregado sua declaração diversa da que deveria ter sido escrita, comete crime de

- A) estelionato.
- B) falsidade ideológica.
- C) falsificação de documento particular.
- D) falsificação de documento público.

Questão 23

Sabe-se que o Oficial do Registro Público, o Tabelião de Notas ou o Tabelião de Protestos estão sujeitos à requisição de certidões necessárias à prova das alegações das partes.

Nesse caso, é **CORRETO** afirmar que tal requisição pode ser feita

- A) a qualquer tempo e em qualquer Grau de Jurisdição.
- B) a qualquer tempo, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- C) antes da sentença, mas somente no Primeiro Grau de Jurisdição.
- D) antes da sentença, tanto pela Justiça Comum quanto pela Justiça Especializada.

Questão 24

Pelo princípio da continuidade do serviço público, entende-se que o Estado desempenha funções essenciais ou necessárias à coletividade e que não podem ser interrompidas; daí, a aplicação desse princípio aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

É **CORRETO** afirmar que, quanto ao exercício da função pública, constituem aplicação do princípio da continuidade os institutos

- A) da substituição, da suplência e da delegação.
- B) da submissão, da suplência e da delegação.
- C) da substituição, da suplência e da delegação.
- D) da substituição, da suplência e da legação.

Questão 25

É **CORRETO** afirmar que são pessoas jurídicas

- A) **de direito privado** as associações, as sociedades e as fundações.
- B) **de direito público externo** os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito nacional público.
- C) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por estatutos.
- D) **de direito público interno** a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios, os Municípios, as autarquias e as demais entidades de caráter público criadas por decreto.

Questão 26

É **CORRETO** afirmar que, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o Juiz, a requerimento de qualquer interessado, lhe nomeará administrador

- A) definitivo.
- B) facultativo.
- C) oficial.
- D) provisório.

Questão 27

Considerando-se tipos diversos de documento, é **CORRETO** afirmar que

- A) **a cópia fotográfica de documento**, conferida por Tabelião de Notas, vale como prova de declaração de vontade, mas, impugnada sua autenticidade, será, facultativamente, exibido o original.
- B) **a prova** não supre a ausência do título de crédito, ou do original, nos casos em que a lei ou as circunstâncias condicionarem o exercício do direito à sua exibição.
- C) **o telegrama**, quando lhe for contestada a autenticidade, faz prova mediante conferência com a fotocópia autenticada.
- D) **os documentos redigidos em língua estrangeira**, para ter efeitos legais no País, serão, facultativamente, traduzidos para o português.

Questão 28

É **CORRETO** afirmar que, para os efeitos legais, se consideram **bens móveis**

- A) as energias que tenham valor econômico.
- B) as energias que tenham valor ideal.
- C) os direitos ideais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- D) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações independentes.

Questão 29

Considerando-se suas especificidades características, é **CORRETO** afirmar que são **bens**

- A) **consumíveis** os móveis cujo uso importa conservação imediata da própria substância.
- B) **divisíveis** os que se podem fracionar com alteração na sua substância, com diminuição considerável de valor ou com prejuízo do uso a que se destinam.
- C) **fungíveis** os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- D) **singulares** os que, embora separados, se consideram de per si, independentemente dos demais.

Questão 30

Pelo art. 156, § 2º, I, da Constituição Federal, não há incidência do imposto de transmissão *inter vivos* de bens imóveis sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

Considerando-se que se trata de uma proibição constitucional, é **CORRETO** afirmar que, **juridicamente**, esse fato se enquadra como

- A) anistia.
- B) diferimento.
- C) imunidade.
- D) isenção.

Questão 31

Analise estas afirmativas concernentes à homologação de sentença estrangeira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () A competência para a homologação desse tipo de sentença é do Superior Tribunal de Justiça.
- () Não será homologada sentença que ofenda a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.
- () Não será homologada sentença que ofenda a ordem nacional, a soberania pública e os bons costumes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 32

Analise estas afirmativas concernentes à demarcação de terras e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Poderá o autor requerer a demarcação com queixa de esbulho ou turbação, formulando, também, o pedido de restituição do terreno invadido.
- () Os réus que residirem na comarca serão citados pessoalmente e os não-residentes nela, por carta precatória.
- () Para levantamento do traçado da linha demarcanda, o Juiz nomeará dois agrimensores e um arbitrador.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (F)
- D) (V) (F) (V)

Questão 33

Analise estas afirmativas concernentes à força probante de um documento, feito por Oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Sendo subscrito pelas partes, esse documento não tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- () Não subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.
- () Sendo subscrito pelas partes, esse documento tem a mesma eficácia probatória do documento particular.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 34

Analise estas afirmativas concernentes à responsabilidade tributária de Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação acessória pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem responsáveis.
- () Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo responsável, respondem solidariamente com este, nos atos em que intervierem, os Tabeliães, Escrivães e demais Serventuários de Ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício ou por omissões de que forem contribuintes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 35

Analise estas afirmativas concernentes à competência para legislar e cobrar o imposto de transmissão *causa mortis* e doação de bens e direitos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Estado da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é do Município da situação do bem ou, ainda, do Distrito Federal.
- () Relativamente aos bens imóveis e respectivos direitos, essa competência é da União.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 36

Analise estas afirmativas concernentes a defeitos do negócio jurídico e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Se ambas as partes procederem com dolo, ambas podem alegá-lo para anular o negócio ou reclamar indenização.
- () A transmissão errônea da vontade por meios interpostos é nula nos mesmos casos em que o é a declaração direta.
- () Considera-se coação a ameaça do exercício normal de um direito ou o simples temor reverencial.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

Questão 37

Analise estas afirmativas concernentes à nacionalidade brasileira e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- () São brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- () Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

Questão 38

Analise estas afirmativas concernentes à classificação dos bens públicos e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () São considerados bens **dominicais** os rios, mares, estradas, ruas e praças.
- () São considerados bens **de uso comum do povo** os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, Estadual, Territorial ou Municipal, inclusive os de suas autarquias.
- () É considerado bem **de uso especial** o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real de cada uma dessas entidades.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (F)
- B) (F) (F) (V)
- C) (F) (V) (F)
- D) (V) (F) (V)

Questão 39

Analise estas afirmativas concernentes às modalidades de tombamento e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Quanto à eficácia, o tombamento pode ser provisório ou definitivo.
- () Quanto aos destinatários, o tombamento pode ser geral ou individual.
- () Quanto à constituição ou ao procedimento, o tombamento pode ser de ofício, voluntário ou compulsório.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (V) (F) (V)
- C) (V) (V) (F)
- D) (V) (V) (V)

Questão 40

Analise estas afirmativas concernentes aos procedimentos especiais de jurisdição voluntária e assinale com **V** as **verdadeiras** e com **F** as **falsas**:

- () Ao Juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a realização de quaisquer provas.
- () O prazo para contestar é de 10 dias.
- () A sentença poderá ser modificada, sem prejuízo dos efeitos já produzidos, se ocorrerem circunstâncias supervenientes.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de letras **CORRETA**.

- A) (F) (F) (V)
- B) (F) (V) (F)
- C) (V) (F) (V)
- D) (V) (V) (F)

➤ **Conhecimentos Gerais de Direito Notarial e de Registro**

Questão 41

Considerando-se o previsto na Constituição da República, é **CORRETO** afirmar que compete à União Federal legislar

- A) **alternativamente** com os Estados e Distrito Federal sobre registros públicos, emolumentos e custas dos serviços forenses.
- B) **concorrentemente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e direito notarial.
- C) **privativamente** sobre registros públicos.
- D) **subsidiariamente** com os Estados, Distrito Federal e Municípios sobre registros públicos e emolumentos.

Questão 42

Considerando-se os prepostos dos serviços notariais e de registros, é **CORRETO** afirmar que

- A) os Escreventes Substitutos responderão civilmente pelos danos que, na prática de atos próprios da serventia, causem a terceiros, assegurado o direito de regresso no caso de dolo ou culpa dos respectivos Titulares.
- B) os Escreventes Substitutos responderão criminalmente pelos ilícitos penais praticados no exercício da delegação, desde que já responsabilizados civil e administrativamente.
- C) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para praticar todos os atos que lhe sejam próprios, sem exceção, desde que autorizado pelo respectivo Titular.
- D) um, entre os Escreventes Substitutos, será designado, pelo Notário ou Oficial de Registro, para responder pelo serviço nas ausências e impedimentos do Titular, com imediata comunicação ao Juiz Diretor do Foro.

Questão 43

É **CORRETO** afirmar que os Notários e Registradores estão sujeitos a

- A) acumular o exercício da atividade notarial e de registro com o desempenho de mandato eletivo, uma vez diplomados e empossados.
- B) compatibilizar o exercício da atividade notarial e de registro com o da advocacia ou o de cargo, emprego ou função públicos comissionados, em horários não coincidentes, por força de direito adquirido.
- C) manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia, guardando-os em locais seguros; atender às partes com eficiência, urbanidade e presteza; dar recibo dos emolumentos percebidos pela prática dos atos do seu ofício, cujas tabelas devem ser afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público; e fiscalizar o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que, entre outros, devem praticar.
- D) praticar atos do seu ofício no interesse de cônjuge e de parentes, na linha reta ou na colateral, consangüíneos ou afins, a partir do terceiro grau.

Questão 44

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos atos notariais e de registro será exercida

- A) pelo Curador de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, tal como prevê o Estatuto Profissional dos Notários e Registradores — Lei Federal n. 8.935, de 1994.
- B) pelo Juiz de Registros Públicos da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro, conforme determina a Lei de Organização e Divisão Judiciárias — Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005.
- C) pelo Juízo competente, que, segundo a legislação do Estado de Minas Gerais, se trata do Juiz Diretor do Foro da comarca em que for sediado o Serviço Notarial ou de Registro.
- D) pelo Juízo competente, tal como previsto na repartição de competência da Justiça Comum Estadual, na Constituição da República.

Questão 45

É **CORRETO** afirmar que aos Tabeliães de Notas compete,

- A) **com exclusividade**, lavrar escrituras, procurações e testamentos públicos.
- B) **com exclusividade**, formalizar juridicamente a vontade das partes.
- C) **com exclusividade**, intervir nos atos e negócios jurídicos a que as partes devam ou queiram dar forma legal.
- D) **simultaneamente** com os Escreventes Substitutos, lavrar testamentos.

Questão 46

Considerando-se o Tabelionato de Notas, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete privativamente ao(à) Titular de um Tabelionato de Notas proceder à lavratura e ao registro de atas notariais.
- B) é livre a escolha do Tabelião de Notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.
- C) é obrigatória, havendo mais de um Tabelionato de Notas na mesma localidade, a antecipada distribuição dos títulos.
- D) pode o Tabelião de Notas praticar atos de seu ofício igualmente fora do Município para o qual recebeu delegação, mediante prévia autorização do Juiz Corregedor permanente.

Questão 47

É **CORRETO** afirmar que é atribuição dos Oficiais de Registros

- A) expedir certidões de atos e documentos que constem de seus registros e papéis, desde que requeridas por escrito.
- B) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- C) praticar os atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os Oficiais de Registros de Imóveis e Cíveis das Pessoas Naturais e Jurídicas às normas que definirem as circunscrições geográficas.
- D) receber o pagamento dos títulos protocolizados, dando quitação por escrito.

Questão 48

Considerando-se os emolumentos relativos aos atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro, é **CORRETO** afirmar que

- A) compete aos Estados e ao Distrito Federal fixar o valor deles, observadas as normas previstas em lei federal, a correspondência entre o efetivo custo e a adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, permitindo-se o reajuste de seu valor com a publicação das respectivas tabelas até o último dia do ano, respeitado o princípio da anterioridade.
- B) é competência privativa do legislador federal fixar o valor deles, levando em conta, para tanto, a natureza pública e o caráter social dos Serviços Notariais e de Registro, atendidas as peculiaridades socioeconômicas de cada região.
- C) há previsão legal para cobrança das partes interessadas de quaisquer outras quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos, por força da interpretação analógica.
- D) serão cotados os atos relativos a situações jurídicas sem estimativa financeira ou de conteúdo econômico inestimável tendo em conta a capacidade contributiva do interessado, observando-se faixas previamente estabelecidas com valores mínimos e máximos para grupos de atos específicos de cada serviço.

Questão 49

Considerando-se o previsto na Lei Estadual n. 15.424, de 2004, é **CORRETO** afirmar que

- A) as averbações feitas de ofício, as concernentes ao transporte de ônus da matrícula e aquelas relacionadas ao encerramento de uma matrícula em razão da abertura de outra ficam sujeitas ao pagamento de emolumentos contidos em tabela própria.
- B) o Notário e o Registrador podem cobrar do usuário emolumentos por ato retificador ou renovador em razão de erro escusável do Serviço Notarial ou de Registro.
- C) os emolumentos possuem como fato gerador a prática de atos específicos pelos Titulares dos Serviços Notariais e de Registro e serão pagos pelo interessado que solicitar o ato — pessoa natural ou jurídica —, no seu requerimento ou na apresentação do título, mediante o fornecimento de recibo circunstanciado com a cotação dos valores cobrados à margem do documento a ser entregue ao contribuinte.
- D) os valores recebidos a título de emolumentos e taxa de fiscalização judiciária não serão restituídos se houver desistência do interessado da prática do ato notarial ou de registro.

Questão 50

Considerando-se que o território do Estado é dividido para efeito da Administração Judiciária, é **CORRETO** afirmar que a Lei Complementar Estadual n. 59, de 2001, com a redação que lhe deu a Lei Complementar Estadual n. 85, de 2005, prevê que

- A) a comarca engloba as circunscrições, distritos e subdistritos judiciários, todos contíguos, e um deles será sua sede.
- B) a comarca se constitui de dois ou mais municípios, reunidos em área contínua, sempre que possível, tendo por sede a do Município que lhe der o nome.
- C) a Corte Superior do Tribunal de Justiça, uma vez instalada a comarca e especificados seus distritos judiciários, autorizará, por meio de resolução a ser expedida por ela mesma, a criação dos respectivos Serviços Notariais e de Registro.
- D) haverá, no distrito sede da comarca instalada, um Serviço de Notas, um Serviço de Registro de Imóveis, um Serviço de Registro das Pessoas Naturais, Interdições e Tutelas, um serviço de Protestos de Títulos e um Serviço de Títulos e Documentos e das Pessoas Jurídicas.

Questão 51

É **CORRETO** afirmar que a fiscalização dos Serviços Notariais, de Registro e da Justiça de Paz, a fim de lhes verificar a regularidade e para conhecer de reclamação ou denúncia apresentada, dar-se-á por meio de

- A) correição extraordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- B) correição ordinária, de forma geral ou parcial, quando realizada pelo Curador de Registros Públicos, no limite de sua competência.
- C) processo disciplinar, na hipótese de a transgressão disciplinar constar em autos, estar caracterizada em documento escrito, constituir flagrante desacato ou desobediência, podendo ser determinado, como medida cautelar, o afastamento preventivo do exercício do cargo servidor por 90 dias, prorrogável por mais 30, sem prejuízo da remuneração e assegurada a ampla defesa.
- D) sindicância, composta a Comissão respectiva por servidores estáveis, para apurar fato ou circunstância para determinação de responsabilidade disciplinar do Notário, do Registrador ou do Juiz de Paz.

Questão 52

Nos termos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, é **CORRETO** afirmar que a homologação de convênios entre a Administração Pública direta e indireta do Estado e os Oficiais do Registro Civil de Pessoas Naturais, que visam à prestação de serviços de interesse da comunidade local ou de interesse público, é atribuição administrativa

- A) da Corte Superior do Tribunal de Justiça.
- B) do Corregedor-Geral de Justiça.
- C) do Juiz Diretor do Foro.
- D) do Presidente do Tribunal de Justiça.

Questão 53

É **CORRETO** afirmar que, nos termos do seu Regimento Interno — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais se organiza e funciona pelos seguintes órgãos, sob a direção do Presidente,

- A) Presidência, Primeira Vice-Presidência, Segunda Vice-Presidência, Terceira Vice-Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Conselho da Magistratura, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, Comissões Especiais Permanentes, Comissões Especiais Temporárias e Memória do Judiciário Mineiro.
- B) Presidência, Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Câmaras Cíveis, Câmaras Criminais, Câmara Especial para Julgamento de Agentes Políticos, Câmara Especial para Julgamento de *Habeas Corpus* e outras Medidas Urgentes, Conselho da Magistratura e Conselho Estadual da Justiça.
- C) Tribunal Pleno, Corte Superior, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupo de Câmaras Cíveis, Grupo de Câmaras Criminais, Câmaras Cíveis Isoladas, Câmaras Criminais Isoladas, Conselho da Magistratura, Câmara Especial de Férias, Comissões Permanentes e Comissões Temporárias.
- D) Tribunal Pleno, Órgão Especial, Corregedoria-Geral de Justiça, Grupos de Câmaras Cíveis e Criminais, Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, Conselho da Magistratura, Comissões Permanentes e Temporárias e Conselho Estadual de Justiça.

Questão 54

Considerando-se o que dispõe a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, bem como o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais — Resolução n. 420, de 1º de agosto de 2003 —, é **CORRETO** afirmar que o julgamento de recursos contra atos ou decisões do Corregedor-Geral de Justiça, bem como dos Juízes de Direito, referentes a reclamações sobre percepção de custas ou emolumentos, compete, no Tribunal de Justiça,

- A) à Corte Superior.
- B) às Câmaras Cíveis Isoladas.
- C) ao Conselho da Magistratura.
- D) ao Tribunal Pleno.

Questão 55

Considerando-se o disposto na Lei n. 6.015 — Lei dos Registros Públicos —, de 1973, e na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado de Minas Gerais, tal como se acha em vigor, é **CORRETO** afirmar que a deflagração do processo de dúvida relativo aos registros públicos

- A) independe de prévia prenotação do título no Livro-protocolo do Serviço de Registro, pois tal via processual é adequada à resolução de consultas, caso em que será decidida pelo Juiz Diretor do Foro.
- B) interrompe a contagem do prazo de 30 dias que garante a prioridade do registro até sentença judicial passada em julgado, possibilitando o acesso de títulos contraditórios perante o fólio real.
- C) pressupõe a existência de título prenotado no Livro-protocolo do Serviço de Registro e a formulação de exigência por escrito do Oficial, relativamente a que não se conforme ou a que não possa satisfazer o interessado.
- D) não impede o registro de título contraditório com número de ordem superior no Livro-protocolo, relativamente a que não tenha sido formulada exigência.

Questão 56

Considerando-se o princípio da publicidade, é **CORRETO** afirmar que

- A) a alteração posterior ao ato cuja certidão é pedida deve, de regra, em proteção ao interesse do terceiro de boa-fé, ser mencionada obrigatoriamente pelo Oficial, não obstante as especificações do pedido, sob pena de sua responsabilidade civil ou penal.
- B) a certidão será lavrada apenas em inteiro teor ou em resumo, não podendo ser retardada por mais de cinco dias úteis.
- C) o Oficial que receber alguma petição fornecerá nota de entrega, devidamente autenticada, ao interessado, desde que solicitado a fazê-lo.
- D) os Oficiais e os Encarregados dos Serviços de Registro sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 — são obrigados a lavrar certidão somente do que lhes for requerido por escrito.

Questão 57

Considerando-se os atos praticados pelos Oficiais Registradores sujeitos ao regime estabelecido na Lei dos Registros Públicos — Lei n. 6.015, de 1973 —, é **CORRETO** afirmar que

- A) a **averbação** consiste em qualquer alteração no registro já existente, só podendo ser praticada mediante sentença judicial, pois atinge o direito da parte.
- B) a **comunicação** e a **anotação** independem de qualquer provocação do interessado ou de ordem judicial, constituindo-se atos de ofício, privativos e obrigatórios, em exceção ao princípio da instância, pois visam a dar segurança às relações jurídicas, notadamente nas remissões recíprocas entre um e outro(s) assento(s).
- C) a **transcrição** é ato praticado na coluna específica do Livro de Registro, à margem do assento, e, na sistemática da legislação concernente aos Registros Públicos, pode ser averbada por ordem judicial para inserção de dados não constantes no assento original.
- D) o **registro** equivale ao assentamento propriamente dito, distinguindo-se, assim, da designação genérica que engloba a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.

Questão 58

O procedimento registral tem início com o desempenho da função qualificadora, que consiste no exame prévio dos títulos e documentos exibidos para registro, em sentido amplo.

Considerando-se que tal função tem por escopo garantir a segurança e a eficácia dos atos jurídicos previstos na lei civil, é **CORRETO** afirmar que

- A) o exame formal dos títulos se circunscreve, em linhas gerais, aos planos da legalidade das formas extrínsecas e intrínsecas, da validade, própria dos negócios jurídicos, e à concordância de seu conteúdo com os assentos registrais, cabendo ao Registrador examiná-los à luz dos princípios normativos dos registros públicos, bem como das imposições das legislações tributária e previdenciária, sob pena de responsabilidade civil, criminal e funcional.
- B) o exercício da função qualificadora se cinge aos títulos extrajudiciais, posto que a legislação estabeleceu hierarquia dos títulos em razão de sua procedência, excluindo de tal exame prévio os títulos de origem judicial, por força da autoridade da coisa julgada.
- C) o Oficial Registrador, ao qualificar título de procedência judicial, pode controlar a legalidade da ordem mediante o exame da competência do Juízo, a congruência do mandado com o procedimento seguido, os fundamentos da decisão, as formalidades extrínsecas do instrumento apresentado e os eventuais obstáculos que surgirem do cotejo entre o título, os dados e os elementos contidos nos assentos anteriores, porque seu acesso ao serviço acarretará efeitos sobre terceiros não-intervenientes no processo, em face dos atributos constitutivo e publicitário *erga omnes* que emanam do registro público.
- D) o princípio da legalidade deixa a critério do Oficial Registrador, profissional do Direito que possui independência no exercício de suas atribuições, deixar de formular exigências antes de consumir o registro, pois o exercício da função qualificadora corresponde a ato administrativo de natureza discricionária.

Questão 59

É **CORRETO** afirmar que o princípio da especialidade do Registro Público implica

- A) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que pode abranger o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, no que concerne a montante, juros, prazo e condições de pagamento, bem como a completa individualização dos sujeitos do registro, servindo, portanto, de indispensável apoio aos princípios da continuidade e da prioridade.
- B) a exigência da perfeita e correta identificação de tudo o que nele se lança, o que abrange o objeto do direito real sobre que recai o negócio jurídico, inclusive a dívida por aquele garantida, e a completa individualização dos sujeitos do registro, mas sua aplicação constitui exigência exclusiva do Registro de Imóveis.
- C) o asseguramento da constituição de direitos, seja quanto à situação jurídica do imóvel, seja no que concerne à situação de fato, isto é, aos dados de fato incluídos na sua descrição, entre eles, os concernentes à área.
- D) o impedimento do registro de título por meio do qual se faça alienação de imóvel *ad corpus*.

Questão 60

Considerando-se os princípios da presunção e da fé pública, é **CORRETO** afirmar que

- A) a ação de retificação do registro tem por objetivo restaurar o paralelismo entre a tábula e a realidade, podendo ser suscitada por nulidade material ou formal do título, mas não da própria inscrição.
- B) o cancelamento judicial do registro público pode ser direto ou indireto e não pressupõe pronunciamento com trânsito em julgado, visto que pode ser obtido mediante antecipação de tutela.
- C) o princípio da fé pública não restringe o alcance da ação de retificação do Registro Público, já que é oponível também ao terceiro adquirente de boa-fé, como meio de promover a segurança jurídica.
- D) os Códigos Civis de 1916 e de 2002 adotaram somente o princípio da presunção, que abrange todo e qualquer direito registrado — não apenas o direito de propriedade —, reforçando a eficácia do registro, sem, no entanto, a tornar saneadora, assim protegendo a segurança jurídica do titular do domínio em detrimento ao interesse do eventual adquirente deste.

➤ **Conhecimentos Técnicos Específicos**

Questão 61

É **CORRETO** afirmar que, para a prática de atos notariais, independem de assistência

- A) os maiores de 60 anos que quiserem testar.
- B) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
- C) os maiores de 16 e menores de 18 anos.
- D) os deficientes mentais cujo discernimento seja reduzido.

Questão 62

É **CORRETO** afirmar que deve ser averbada, no Cartório de Registro Civil, a Escritura Pública

- A) Declaratória de União Estável.
- B) de Convenção de Pacto Antenupcial.
- C) de Emancipação.
- D) de Reconhecimento de Filiação.

Questão 63

É **CORRETO** afirmar que o prazo prescricional relativo à pretensão dos Tabeliães pela percepção de emolumentos é de

- A) seis meses.
- B) um ano.
- C) cinco anos.
- D) 10 anos.

Questão 64

É **INCORRETO** afirmar que se constitui(em) requisito(s) genérico(s) do instrumento público de escritura

- A) a assinatura das partes e de duas testemunhas, bem como do Tabelião ou Substituto legal, encerrando o ato.
- B) a referência ao cumprimento das exigências legais e fiscais inerentes à legitimidade do ato.
- C) o nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes e demais comparecentes, com a indicação, quando necessário, do regime de bens do casamento, nome do outro cônjuge e filiação.
- D) o texto redigido na língua nacional ou devidamente traduzido por Tradutor Público ou pessoa capaz que, a juízo do Tabelião, tenha idoneidade e conhecimento bastantes.

Questão 65

Analise estas afirmativas concernentes às espécies de documentos produzidos a partir de atos notariais:

- I. **Traslado** é a primeira cópia integral e fiel da Escritura Pública, extraída com a mesma data.
- II. **Certidão** é a cópia integral ou resumida de escrito existente em livro ou arquivo do Cartório.
- III. Os **traslados** e as **certidões** considerar-se-ão instrumentos públicos se os originais se houverem produzido em Cartório como prova de algum ato.
- IV. Terão a mesma força probante os **traslados** e as **certidões** extraídos por Tabelião de instrumentos ou documentos lançados, por este, em suas notas.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

Questão 66

É **INCORRETO** afirmar que, na **Escritura Pública**

- A) **de Compra e Venda**, o alienante responde pela evicção de direito.
- B) **de Compra e Venda**, podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade por evicção.
- C) **de Doação Pura**, o doador não responde por evicção de direito.
- D) **de Doação**, podem as partes, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade por evicção.

Questão 67

Considerando-se a Escritura Pública de Permuta, é **INCORRETO** afirmar que

- A) a diferença de valores no tocante aos bens, ainda que de grande monta, não desvirtua a natureza do contrato.
- B) a troca de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante, é anulável.
- C) as disposições referentes à compra e venda se aplicam, igualmente, à troca.
- D) cada um dos contratantes deve pagar por metade das despesas com o instrumento de troca.

Questão 68

Considerando-se a instituição do mandato, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o maior de 16 e o menor de 18 anos não podem ser mandatários em hipótese alguma.
- B) o mandato pode substabelecer-se mediante instrumento particular, ainda quando se outorgue por instrumento público.
- C) o mandato, em termos gerais, confere poderes apenas para administração ordinária.
- D) o terceiro com quem o mandatário tratar pode exigir que a procuração particular traga a firma reconhecida.

Questão 69

Analise estas afirmativas concernentes ao instituto da doação:

- I. É nula a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda, suficiente para a subsistência do doador.
- II. Nula é a doação quanto à parte que exceder à de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.
- III. O doador pode estipular cláusula de reversão a favor de terceiros.
- IV. Na doação feita ao nascituro, dispensa-se a aceitação.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- D) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

Questão 70

Considerando-se os poderes dos mandatários, é **INCORRETO** afirmar que,

- A) ainda que haja ratificação retroativa à data do ato de sua realização, não têm validade os atos praticados por um dos mandatários, quando estes forem declarados conjuntos.
- B) conferido o mandato com a cláusula “em causa própria”, a revogação dele não tem eficácia nem ele se extingue pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.
- C) pela revogação, pela renúncia, pela morte ou pela interdição de uma das partes, cessa o mandato.
- D) sendo dois ou mais mandatários nomeados no mesmo instrumento, qualquer deles pode exercer os poderes outorgados, se não forem aqueles expressamente declarados conjuntos nem especialmente designados para atos diferentes ou subordinados para atos sucessivos.

Questão 71

Analise estas afirmativas concernentes ao instituto do usufruto:

- I. Não se pode transferir o usufruto por alienação, mas o exercício dele pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.
- II. O usufrutuário tem direito apenas à percepção de frutos.
- III. Constituído o usufruto a favor de duas ou mais pessoas, extinguir-se-á a parte em relação a cada uma das que falecerem, salvo se, por estipulação expressa, o quinhão desses couber ao(s) sobrevivente(s).
- IV. O usufruto de imóveis, quando não resulte de usucapião, constituir-se-á mediante registro no Cartório de Registro de Imóveis.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- B) apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- C) as quatro afirmativas estão corretas.
- D) nenhuma das afirmativas está correta.

Questão 72

É **INCORRETO** afirmar que o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) incide na

- A) extinção de usufruto não-oneroso.
- B) instituição de usufruto convencional.
- C) instituição de usufruto não-oneroso.
- D) transmissão decorrente de doação de quaisquer bens e direitos, a qualquer título, ainda que em adiantamento da legítima.

Questão 73

Considerando-se o instituto da hipoteca, é **CORRETO** afirmar que

- A) a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado é nula.
- B) as hipotecas se extinguem, também, pela consolidação.
- C) duas hipotecas ou uma hipoteca e outro direito real, sobre o mesmo imóvel, em nenhuma hipótese poderão ser registrados no mesmo dia, em favor de pessoas diversas.
- D) o dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

Questão 74

Considerando-se o processo de reconhecimento de filiação, é **CORRETO** afirmar que

- A) a condição e o termo aposto na Escritura de Reconhecimento de Filho são ineficazes.
- B) o ato de reconhecer filho havido fora do casamento será sempre revogável.
- C) o ato de reconhecer filho pode ser feito apenas mediante Escritura Pública.
- D) o filho havido fora do casamento não pode ser reconhecido por meio de testamento.

Questão 75

É **INCORRETO** afirmar que, entre os fatos geradores do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), se inclui a

- A) arrematação de bem imóvel em hasta pública.
- B) cessão gratuita de direitos reais relativos a bens imóveis situados no Município.
- C) compra e venda pura ou convencional.
- D) instituição de usufruto convencional.

Questão 76

Considerando-se o recolhimento de emolumentos nos Tabelionatos, é **CORRETO** afirmar que

- A) as intervenções ou anuências de terceiros não autorizam acréscimos de valores e emolumentos se não implicarem outros atos.
- B) o adicional de serviço de urgência ou plantão pode ser cobrado pelos Tabeliães.
- C) o Tabelião deve cobrar, no caso de atos não-previstos nas tabelas referentes aos emolumentos e taxas judiciárias, o menor valor, nelas, presente.
- D) o Tabelião pode conceder desconto de emolumentos, mas não poderá fazê-lo em relação a taxas judiciárias.

Questão 77

Considerando-se a utilização dos selos de fiscalização, é **CORRETO** afirmar que,

- A) desde que haja expressa autorização do Corregedor Geral de Justiça, esses selos podem ser repassados, cedidos ou trocados.
- B) em todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registro, exceto naqueles sujeitos à gratuidade, esses selos devem ser sempre usados.
- C) na hipótese de o documento constituir-se em mais de um ato, devem ser usados tantos selos quantos forem os atos praticados
- D) no documento que possuir mais de uma folha, devem ser usados tantos selos quantas forem as folhas, independentemente do número de atos praticados.

Questão 78

É **CORRETO** afirmar que é considerada capaz de adquirir por testamento

- A) a pessoa jurídica.
- B) a testemunha do testamento.
- C) o concubino do testador casado, salvo se este, sem sua culpa, estiver separado de fato do cônjuge há mais de cinco anos.
- D) o cônjuge ou companheiro da pessoa que a rogo escreveu o testamento.

Questão 79

Analise estas afirmativas concernentes a testamentos em geral:

- I. Toda pessoa capaz pode dispor, por testamento, da totalidade dos seus bens, ou de parte deles, para depois de sua morte.
- II. A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, assim como o testamento do incapaz não se valida com a superveniência da capacidade.
- III. Segundo a legislação vigente, podem testar os maiores de 16 anos.
- IV. É proibido o testamento conjuntivo, seja simultâneo, recíproco ou correspectivo.

A partir dessa análise, pode-se concluir que

- A) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- B) apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- C) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- D) as quatro afirmativas estão corretas.

Questão 80

Considerando-se o ato de reconhecimento de firma, é **INCORRETO** afirmar que

- A) o instrumento notarial de reconhecimento de firma por abono deve ser lavrado ao final do documento, em espaço disponível ou, não o havendo, em folha à parte.
- B) o reconhecimento de firma ou de letra e firma é vedado quando o documento não estiver preenchido totalmente.
- C) o reconhecimento de letra consiste em certificar-se a autoria de dizeres manuscritos em documento particular, lançados em presença do Tabelião ou que o autor lhe declare ter escrito, sendo conhecido o Tabelião ou por ele identificado.
- D) o reconhecimento pode ser aposto mediante impresso ou carimbo que contenha, entre os requisitos necessários, a indicação de sua espécie, o nome de quem firmou e o nome do signatário do ato.